

# Entrega do projeto. Mais uma farsa

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, entregou ontem ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o que seria o texto do novo substitutivo ao projeto da Constituição. Mas era uma farsa. O documento entregue ao multipresidente não tinha nenhum valor — era uma antiga versão da Constituição. Bernardo Cabral fingiu que entregou e Ulysses fingiu que recebeu o substitutivo, que o Estado de S. Paulo publicou ontem, com exclusividade. Mas não foi a primeira vez que o relator da Comissão de Sistematização e o presidente da Constituinte patrocinavam uma farsa diante dos constituintes e da imprensa. O mesmo tinha acontecido, há pouco mais de dois meses, quando Cabral entregou o Projeto de Compatibilização das comissões constitucionais temáticas. E com um agravante: naquela ocasião, Cabral entregou a Ulysses um simples calhamaço de papel, tendo, porém, o cuidado de advertir o presidente da Constituinte para não abrir o "documento".

Na cerimônia de ontem, o relator da Comissão de Sistematização fez questão de informar que o substitutivo publicado pelo Estado não passava de um "mero borrão" dos dias anteriores e que nada tinha a ver com o texto que ele tinha em mãos — ou seja, uma das antigas versões do projeto da Constituição que ele garantia, para a imprensa, ser a versão definitiva. Mas o presidente da Cons-

tituinte, Ulysses Guimarães, garantiu que tinha sido "furado" pelo Estado, dando a entender que o substitutivo publicado era a versão final da Comissão de Sistematização.

Bernardo Cabral disse que as cópias do texto entregue a Ulysses só seriam distribuídas aos constituintes depois das 19 horas, o que acabou não se confirmando. O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, protestou: "Só falta servirem salgadinhos para a festa ficar mais animada". O líder do PT, Luiz Ignácio Lula da Silva, sugeriu que os líderes deveriam "pressionar" o presidente da Constituinte para que o texto fosse entregue imediatamente. "Nós vimos aqui para conhecer o substitutivo e não para um encontro social", disse Lula, bastante irritado.

"A Constituinte virou uma palhaçada", afirmou o deputado João Cunha, do PMDB paulista, sem esconder sua irritação pelo fato de o relator Bernardo Cabral ter entregue a suposta cópia do substitutivo apenas a Ulysses Guimarães, deixando os constituintes na expectativa.

O parlamentar paulista pretende denunciar hoje, da tribuna da Assembleia, o que chamou de pacto entre Ulysses e Cabral. Segundo ele, depois das solenidades de entrega do substitutivo, eles iriam fazer as modificações antes de distribuir as cópias para os constituintes. "Isso é um desrespeito. Na minha opinião, a Constituinte melou, infelizmente", disse João Cunha.

Bernardo Cabral garantiu que seu substitutivo representa o pensamento da "grande maioria" dos constituintes. "O texto não reflete minha vontade pessoal nem a de grupos ou pessoas isoladas, mas representa a síntese jurídica da vontade da Nação."

Ulysses Guimarães, por sua vez, começou saudando o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos de Mello Franco, como um dos homens mais sábios da Constituinte. Elogiou o trabalho de Bernardo Cabral, dando o seu testemunho do esforço que ele vem fazendo para elaborar um texto constitucional que atende aos interesses da Nação.

"Sei, pela minha experiência parlamentar, como é difícil a tarefa de relator. Falar pelos outros, escrever o que os outros pensam ou decidem e ainda estar sujeito a críticas", disse Ulysses, destacando a boa vontade e o interesse de Bernardo Cabral em ouvir todas as correntes de opinião antes de elaborar seu texto.

Até o início da madrugada de hoje, as cópias do substitutivo ao projeto da nova Constituição ainda não haviam sido entregues aos constituintes. "Essas coisas acontecem porque não temos um relator e sim um emendador", disse o deputado Afif Domingos (PL-SP). Mas o deputado Victor Faccioni, do PFL gaúcho, argumentou que tudo era reflexo das dificuldades de se elaborar um texto que agrade a todos.



Cabral simula a entrega do substituto a Ulysses. "Uma palhaçada", conforme um deputado

## Atraso por problemas técnicos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O exaustivo trabalho de remissão da versão do projeto cinco (que foi entregue simuladamente a Ulysses Guimarães) para o projeto definitivo e limpo do projeto seis, com o texto acertado nas negociações, foi o principal motivo para o atraso na divulgação do primeiro substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O trabalho de remissão é a alteração, no novo texto, da numeração dos artigos, parágrafos, itens e alíneas, retirando-se aquelas partes do substitutivo original que caíram na negociação do relator com os diversos setores na Constituinte. O texto entregue a Ulysses Guimarães (o de número cinco) tinha ainda os artigos suprimidos, portanto, não era o projeto original.

A primeira previsão de entrega do substitutivo era para as 17 horas, quando Bernardo Cabral fez a entrega simulada do seu parecer. No decorrer daquele momento, Cabral havia prometido entregar cópias do texto à imprensa às 19 horas e, somente depois disso, começar a enviar aos constituintes, para os seus gabinetes, o texto definitivo.

Além do problema da remissão, um trabalho artesanal feito com os computadores do Prodasen (Centro de Processamento de Dados e Informática do Senado Federal), com a ajuda dos assistentes de Bernardo Cabral e dos relatores adjuntos e mais os funcionários do Prodasen.

MAIS ATRASO

Até as primeiras horas de ontem, apesar de reiteradas promessas, o Prodasen não havia liberado cópias do substitutivo, devido ao trabalho de checagem de todos os artigos. Essa demora no trabalho do Prodasen poderá significar um atraso também na publicação do substitutivo de Bernardo Cabral. Dessa forma, isso pode atrasar o início do encaminhamento de emendas pelos constituintes.

Nesse fase para elaboração do segundo substitutivo com base nas emendas que começaram a ser apresentadas amanhã, segundo determinação do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), os constituintes somente podem emendar o substitutivo naqueles pontos em que o substitutivo apresentou matéria nova, mas, dificilmente, essa recomendação será obedecida, prevendo-se um grande número de emendas.

# Relator não acredita em acordo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), previu ontem, logo após simular a entrega do substitutivo a Ulysses Guimarães, que sistema de governo, duração de mandato presidencial anistia para militares e reforma agrária são temas que resistirão a quaisquer acordos prévios e somente serão decididos no voto em plenário.

Bernardo Cabral lembrou que seu primeiro substitutivo, que deveria ter sido entregue ontem, três dias após o prazo previamente marcado, não tem nenhum valor para o voto, porque, a partir de amanhã, após a publicação, o projeto poderá receber emendas dos constituintes até quarta-feira, abrindo-se daí em diante de seis a oito dias de prazo para o relator apresentar o segundo e definitivo projeto de Constituição.

O regime de governo, que levou Cabral a três encontros com o presidente Sarney na terça-feira (no almoço, no Alvorada; às 15 horas, no Palácio do Planalto; e mais uma vez no

Palácio da Alvorada, à noite), ficou definido conforme a emenda Afonso Arinos, que institui o sistema parlamentarista clássico, à exceção da eleição presidencial, que permaneceu direta. A vigência do parlamentarismo é um assunto em aberto, para futura negociação, bem como a questão, mais difícil, da dissolução da Câmara após a rejeição de três nomes consecutivos para o cargo de primeiro-ministro.

Também em aberto está a questão da duração do mandato do presidente José Sarney. Segundo Cabral, se prevalecer o sistema parlamentarista, o mandato será de cinco anos. Na hipótese de permanecer o sistema presidencialista, o mandato será negociado politicamente pelos líderes partidários.

Ficou bem mais claro no projeto de Constituição o papel das Forças Armadas, com a seguinte redação no capítulo das atribuições: às Forças Armadas caberá "a defesa da Pátria, dos poderes constituídos e, a pedido expresso desses, da ordem constitucional". Deixou claro que a interferência militar na ordem política somente poderá ocorrer mediante pré-

via solicitação dos poderes constituídos (governo, Congresso e Judiciário).

A questão da anistia, segundo Bernardo Cabral, deve ter o apoio dos militares, porque não obriga a reintegração (os cassados e punidos serão promovidos, mas, imediatamente, passam para a reserva remunerada) nem ao pagamento de indenizações (os punidos passam a receber a partir da data de promulgação da futura Constituição). A anistia vai beneficiar todos os que foram punidos entre julho e dezembro de 1969 — é que durante esse período, segundo foi posteriormente comprovado, o então presidente Costa e Silva já estava enfermo e incapacitado de escrever. Os atos de cassação dessa época, portanto, segundo Bernardo Cabral, são falsificações da assinatura do ex-presidente da República e os punidos sob falsidade ideológica merecem anistia.

Bernardo Cabral disse que não determinou a criação de novos estados no seu projeto de Constituição. Manteve apenas, a criação de uma comissão nacional para examinar

em profundidade as propostas de criação de cinco estados e de elevação a estado dos Territórios federais de Roraima e Amapá, e previu a realização de plebiscito nos estados envolvidos nas possíveis divisões territoriais. O plebiscito seria realizado em 15 de novembro de 1988, juntamente com as eleições municipais.

Um novo cronograma foi elaborado, ontem, pela Comissão de Sistematização, que vai até o dia 17 de setembro, quando, pela previsão, estará encerrada a votação do segundo substitutivo dentro da comissão, antes de seguir para o plenário. O substitutivo será publicado hoje. De amanhã até quarta-feira, será aberto prazo para apresentação de emendas — de 3 a 7 de setembro, segundo a comissão, mas, de acordo com Cabral, até dia 10 de setembro. Este é o prazo para que o relator apresente o segundo substitutivo. Dias 8 e 9 de setembro, será feita a publicação e distribuição do novo parecer. E, de 10 a 17 de setembro, a votação do substitutivo na Comissão de Sistematização, antes de seguir para o plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

## "O Estadão me furou", diz Ulysses

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"O Estadão me furou" — comentou ontem à tarde o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, depois de ler na edição de ontem de O Estado de S. Paulo o substitutivo do relator Bernardo Cabral, com poucas alterações em relação ao texto final, efetuadas horas antes da impressão no Prodasen.

A edição de ontem de O Estado foi procurada desde cedo pelos constituintes interessados em saber detalhes do substitutivo que viria a ser apresentado oficialmente, horas mais tarde, pelo relator Bernardo Cabral. O deputado Hélio Duque elogiou O Estado. "Parece óbvio que houve alterações em relação ao texto final, em busca do aperfeiçoamento do texto e de itens ainda indefinidos, como a própria matéria jornalística acentuou", disse o parlamentar.

O constituinte Afif Domingos foi um dos que usaram O Estado para iniciar a análise do texto do substitutivo ao anteprojeto da Comissão de Sistematização. Já o deputado Fernando Santana (PCB/BA) destacou o "furo" do Estadão observando que o texto publicado pelo jornal foi a única informação precisa que os constituintes tiveram nos últimos dias sobre o trabalho do relator da Comissão de Sistematização, que passou a se reunir nas últimas semanas apenas com seus adjuntos.

## Faria de Sá contra diploma

AGÊNCIA ESTADO

"Não deve existir a exigência de curso universitário. O jornalista é autodidata. Não deve ser necessário fazer faculdade". Assim, sucintamente, sem pretender estender-se sobre o assunto, se pronunciou ontem, em Brasília o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

A seu lado o líder Gastone Righi discordou: "A profissão exige status universitário. É certo que o jornalista é vocação, mas o profissional deve fazer curso para apreender valores e também para conhecer marketing, merchandising, a fim de fazer carreira no rádio e no jornal. Ele necessita aprender técnica de redação num curso universitário completo. O autodidata pode incorporar vícios que não se contraem na vida acadêmica".

Em São Paulo, o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Robson Moreira, disse que a posição dos 26 sindicatos do País e da Federação Nacional dos Jornalistas é de que a regulamentação profissional não deve ser examinada pela Constituinte, mas pela legislação ordinária. Em sua opinião, os parlamentares deveriam se preocupar com o nível de ensino no Brasil e criar mecanismos para aprimorá-lo. "Mas o que está acontecendo é que a Constituinte nega o direito de ensino ao propor a extinção do diploma de jornalista. Então que se tire a obrigatoriedade de diploma de todas as categorias para isso virar o caos", disse Robson.

## Os liberais reúnem-se para primeira avaliação

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Mais de 50 dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização — o Grupo Liberal Interpartidário — estarão reunidos hoje, a partir das 10 horas, na sede Regional da Fundação Getúlio Vargas, em Brasília, para a primeira avaliação crítica do substitutivo de Bernardo Cabral.

Os liberais, que formam a maioria da Comissão de Sistematização, devem contar com a presença do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna e de dirigentes e líderes do PDS, PFL, PTB, PDC, PL e de parlamentares de centro da bancada do PMDB.

Entre os coordenadores do encontro estão os constituintes José Richa, Prisco Viana, Aloísio Campos, Nilson Gibson, Israel Pinheiro Filho, José Geraldo Ribeiro, do PMDB; Konder Reis e Virgílio Távora, do PDS; Arnaldo Prieto, Sandra Cavalcanti, Francisco Dornelles e Oscar Correa, do PFL; e Afif Domingos, do PL.

A grande maioria dos liberais da Comissão de Sistematização é a favor do mandato de cinco anos para Sarney, mas entre eles há divisão quanto à questão do sistema de governo. Sua maior preocupação são as questões econômico-sociais, entre as quais, a reforma agrária, definição de empresa nacional, intervenção do Estado na educação e comunicação, política mineral, manutenção do Sesc, Senai, Sesi e Senac, estabilidade de emprego e jornada de trabalho. A previsão de alguns dos coordenadores da reunião é de que os liberais da Sistematização são em número de 53, pelo menos. Seu objetivo é chegar

a uma frente coesa, que vote unida as questões fundamentais.

Do PMDB deverão defender posições liberais, entre outros, os constituintes José Richa, João Calmon, Prisco Viana, Aloísio Campos, Fernando Bezerra Coelho, José Freire, José Geraldo, José Ulysses, Manoel Moreira, Milton Reis, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Renato Viana, Rodrigues Palma, Teodoro Mendes, Wilson Martins (titular) e, Daso Coimbra, Israel Pinheiro Filho, João Agripino Neto, Manuel Viana, Márcio Braga, Michel Temer, Ziza Valadares; do PFL, Aloísio Chaves, Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarrelli, Christovam Chiaradia, Edmé Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Francisco Benjamin, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcelos, Marcondes Gadelha, Oscar Correa, Oswaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Flúza e Sandra Cavalcanti; do PDS, Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Perez, José Luiz Maia e o presidente do partido, Jarbas Passarinho; do PTB, Francisco Rossi e Joaquim Beviláqua; do PL, o líder Adolfo Oliveira; do PDC, o líder Siqueira Campos; e do PMDB o líder Antônio Faria. Há, ainda, suplentes do PDS, no PFL e no PTB, da Comissão de Sistematização, afinados com a linha liberal do grupo.

O deputado Expedito Machado, líder do Centro Democrático do PMDB, observou que as forças modernas continuarão atuando na Constituinte para evitar a vitória das propostas radicalizantes das esquerdas que, em sua opinião, "são a minoria dentro da Assembleia, embora tenham competência na organização e nos movimentos de pressão".

## Xiitas não chegam a acordo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Os xiitas ainda não chegaram a um consenso sobre vários pontos importantes da futura Constituição. Por isso, estão excluindo os temas das discussões que promovem sistematicamente. A divisão ficou evidenciada anteontem à noite, durante reunião no gabinete da liderança do PT. Além dos petistas, participaram do encontro representantes do PCB, PC do B, PDT, PSB e do "Movimento de Unidade Progressista" do PMDB. Não houve acordo sobre o sistema de governo e muito menos sobre estrutura sindical.

Até agora, os xiitas identificaram 26 assuntos para examinar. Cada um será avaliado por um grupo de trabalho interpartidário. Hoje haverá nova reunião, quando as discussões serão baseadas no substitutivo de Bernardo Cabral. Quatro anos de mandato para o presidente Sarney é uma das poucas coisas que todos concordam. Divergem, no entanto, em relação às atividades sindicais. Os partidos comunistas e o PDT não concordam com a determinação da Organização Internacional do Trabalho, que permite o pluralismo sindical, sistema defendido pelos petistas.



Ulysses e Maciel anunciam emendas conjuntas

## PMDB e PFL acertam a atuação em plenário

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, anunciou ontem, após reunião com os líderes da Aliança Democrática no gabinete do presidente do PFL, senador Marco Maciel, que os dois partidos vão apresentar emendas conjuntas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, para facilitar o processo de votação em plenário. Adiantou também que, nos pontos de maior divergência, como o sistema de governo, uma das alternativas examinada é o pedido de preferência para a votação desse dispositivo em plenário.

Segundo destacou Ulysses, o restante do texto constitucional ficará prejudicado se o sistema de governo não for definido com antecedência. "Na condição de presidente da Constituinte, vou conversar com os líde-

res de todos os partidos, para discutir os pontos convergentes e os divergentes, com o objetivo de facilitar a votação do substitutivo".

Para o senador Marco Maciel, a reunião de ontem foi um "esforço para restaurar a Aliança Democrática, sobretudo na Constituinte". Maciel voltou a defender, no encontro, o moderno presidencialismo com o que chama "equipotência de poderes", ou seja, a criação de mecanismos ágeis de fortalecimento do Congresso e do Poder Judiciário. E revelou que o objetivo da reunião foi "encontrar mecanismos de entendimento entre PMDB e o PFL na Assembleia Nacional Constituinte, de forma a atender aos prazos prefixados pelo presidente Ulysses Guimarães. Isso depende de que as lideranças comecem a dialogar com espírito de entendimento. Eu disse estar disposto a isso e o líder Mário Covas (do PMDB) também se manifestou nesse sentido".

## Esboço

Por falta técnica, a íntegra do esboço de projeto de Constituição que o Estado publicou ontem com exclusividade contém alguns trechos ilegíveis no Título IV (Da Organização do Estado, Capítulo I a partir do art. 50 e II). Segue o texto correto:

Art. 50 — (Suprimido)  
Art. 51 — A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:  
I — estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma e nos limites da lei federal; e  
II — recusar fé aos documentos públicos.

## CAPÍTULO II Da União

Art. 52 — Incluem-se entre os bens da União:  
I — a porção de terras devolutas indispensável à defesa das fronteiras, às fortificações e construções militares, bem assim às vias de comunicação e à preservação ambiental;  
II — os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, constituam limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro;  
III — as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as marítimas, excluídas as já ocupadas pelos Estados e Municípios;  
IV — o espaço aéreo;  
V — a plataforma continental e seus recursos naturais;  
VI — o mar territorial;  
VII — os terrenos de marinha;

## Tuma defende "censura restritiva" para a TV

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, defendeu ontem uma censura "restritiva" para a televisão e a música, como forma de poupar o cidadão contra o avanço da violência, e uma censura "classificatória" para os espetáculos mostrados em teatros e cinemas, onde comparece "quem quer". Tuma disse que não defende a atual legislação da censura e denunciou "um clima" criado pelas emissoras de televisão para levar os constituintes a votar o fim da censura.

Segundo o diretor-geral da DPF, o clima está evidente nos programas e novelas onde a agressividade é a tônica. Tuma disse ter observado que a ousadia vem crescendo à medida que o assunto é discutido pelos deputados e senadores. Como exem-

pio dessa realidade, Romeu Tuma citou a novela Helena exibida pela TV Manchete e duvidou que Mário Prata esteja respeitando o "espírito de Machado de Assis", autor do romance.

## CORTES

Na avaliação de Paulo Marra, porta-voz do Departamento de Polícia Federal, a Divisão de Censura está tendo dificuldade para apreciar as sinopses e teipes desta novela com mais acuidade, porque a emissora impõe um prazo muito curto, que chega, às vezes, a ser de apenas duas horas, enquanto o prazo legal é de 20 dias antes do começo da exibição. Quanto à série O Pagador de Promessas, que a Rede Globo programou exibir dia 17 de setembro, Romeu Tuma informou que a Divisão de Censura vai fazer cortes, porque "as cenas são fortes" e impróprias para a televisão.